O anúncio Messiânico de Isaías 32,1-9*

O presente trabalho faz parte de um processo de reflexão a partir da realidade brasileira e latino-americana que vem sendo há séculos marcada pela injustiça social e pelo sofrimento da maioria do povo que nela vive. Apesar do sofrimento e da contínua injustiça social, o povo oprimido nem sempre está consciente de sua situação.

Por um lado, vemos os meios de comunicação de massa a serviço dos detentores do capital e do poder, que procuram deformar as notícias, ocultar a verdade, forjar "meias-verdades", articular mecanismos de legitimação do *status quo* injusto, que vão desde novelas até mesmo pretensas "denúncias" dos abusos sociais mais gritantes. A ideologia neoliberal aliena os oprimidos, impede sua organização, confunde suas manifestações. Em nossa realidade encontramo-nos diante do homem alienado. Apesar de seus problemas mais urgentes, suas preocupações estão voltadas para os problemas dos esportes, para os gnomos e duendes que conferem um novo verniz místico à vida. Prevalece a versão de que o empobrecimento, analfabetismo, desemprego são um problema de alguns poucos indivíduos. Embora se reforce o conceito de "indivíduo" e o individualismo como tal, mais do que nunca o indivíduo é massificado, diluído em estatísticas convenientes. O indivíduo é visto pelos promotores da alienação como "consumidor", "cliente", "eleitor", "força de trabalho", mas nunca como senhor de sua história, responsável por decisões, co-responsável pelo seu próximo.

Por outro lado, a leitura da Bíblia tem iluminado e inspirado as lutas do povo oprimido por libertação e transformação da sociedade. Essa leitura não se dá no vazio, em uma pretensa neutralidade científica, mas toma como ponto de partida a realidade e como pressuposto o compromisso com a luta por libertação. Assim

* Este ensaio também está publicado em *Resumos de Dissertações e Teses*. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião/Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1994, n. 10, 10 p.

ela tornou-se uma contracultura, um dos poucos espaços onde é possível reverter o quadro de alienação e libertação do homem. Por este motivo, esta leitura destoa e rivaliza com a leitura bíblica que tem sido e vem sendo praticada pelos estudiosos de outros contextos, para os quais a realidade não é analisada criticamente, no que diz respeito à justiça social, nem o compromisso com a luta por libertação é o pressuposto básico.

O título do trabalho já indica que o objeto de estudo é o "anúncio" profético. Anúncio, em si, não é dogma, mas sim "proposta", "projeto". Ele tem o poder de propor algo novo, "convocar" pessoas a se engajar na busca e concretização do novo, rompendo com os modelos dominantes. Por isso, um anúncio profético não é anacrônico, mas assim como surgiu em um momento histórico específico, concreto, ele também sempre é relido e re-anunciado para dentro de um momento e contexto específico, concreto. A profecia traz a Palavra de Deus para dentro do presente e o transfigura, questiona e reelabora. Estampa nele o perfil do novo. O anúncio profético também é específico no sentido de que tem o seu público-alvo. Para algumas pessoas e grupos esse anúncio promete salvação. Para outras pessoas e grupos, promete juízo.

Em Isaías 32,1-8 se anuncia salvação para o *"homem"*, o israelita, chefe de família, digno de ter propriedade, prestar serviço militar, participar do culto e da assembléia da comunidade. Anuncia-se juízo para os detentores do poder que vinham privando o "homem" daquilo que o qualificava como homem, ou seja, a liberdade, a propriedade, a capacidade de "ouvir", "ver", "entender" e "falar". O "homem" torna-se o agente da obra de salvação e juízo que Deus realiza, na medida em que supera a alienação, adquire consciência e, na prática da solidariedade, protege e promove vida para o próximo, falando em favor do direito do pobre e do oprimido, denunciando os planos malsãos dos governantes insensatos e corruptos e negando-se a reconhecer sua pretensão à legitimidade.

O presente trabalho considera Is 32,1-8 como um anúncio messiânico, pois a esperança de salvação, de transformação da sociedade com base na justiça e no direito, está vinculada à vinda de um rei, um "ungido" – embora o termo não apareça literalmente neste texto – representante máximo de uma instituição considerada sagrada no Antigo Oriente, ou seja, a monarquia. Em Israel, dentre os grupos sociais que procuravam manter a todo custo a instituição da monarquia e, mais particularmente, a dinastia davidita, está o *povo da terra*. Para este setor social constituído pelos cidadãos livres judaítas, proprietários de terra, habilitados para a guerra e o culto, a monarquia e a dinastia davidita eram garantia de ordem e, portanto, expressão da vontade divina. Mesmo vivendo em ambiente urbano, certamente Isaías mantinha contato com os cidadãos livres judaítas que vinham para a cidade para o comércio e o culto. Esse contato deve ter-se estreitado nos tempos de sítio, quando Jerusalém tornou-se um refúgio de guerra. Por isso, Isaías reelabora a esperança de salvação presente no povo, a qual era vinculada ao ungido, ao "messias", reorientando-a para o próprio homem, para o agente do juízo e salvação divinos.

Esta especificidade de Is 32,1-8 é a razão pela qual este texto foi escolhido como base para o presente estudo da esperança messiânica em Isaías. Enquanto

em Is 9 e 11 a novidade do anúncio messiânico é que ela está relacionada com a criança, apesar de sua fragilidade, aqui a novidade está em que ao rei e seu funcionalismo cabe somente a administração da justiça. O agente do juízo e salvação de Deus é o próprio homem. Ele torna-se como refúgio na tempestade, como irrigação do deserto, na medida em que supera a alienação imposta e passa a falar, retirando a base de legitimidade do "louco" e o "malandro" no poder, denunciando seus planos destrutivos e defendendo o direito do pobre.

1. EXEGESE

1.1. Tradução literal de Isaías 32,1-8

v. 1 Eis, (que) para (a) justiça reinará um rei e quanto aos ministros, para (o) direito governarão.

v. 2 E será (um) homem, como refúgio de vento e abrigo de tempestade, como córrego de águas em terra seca, como sombra de rocha pesada em terra esgotada.

v. 3 E não serão fechados os olhos de quem vê, e (os) ouvidos de quem ouve escutarão atentamente.

v. 4 E o coração de precipitados compreenderá para conhecer, a língua de gagos se apressará para falar claramente.

v. 5 E não se chamará novamente a um louco: "Nobre!" A um corrupto não se dirá: "Excelência!"

v. 6 Pois, o louco, loucura fala, e seu coração faz injustiça, para fazer alienação e para dizer para Javé confusão, para esvaziar a garganta de famintos e (a) bebida de sedento afasta.

v. 7 Também as ferramentas do corrupto são más. Ele planos aconselhou para arruinar oprimidos com palavras de engano. E na palavra do pobre (está) o direito.

v. 8 Mas (o) nobre, coisas nobres aconselhou, e ele sobre suas nobrezas se levanta.

A tradução e crítica textual a partir do aparato crítico da *Biblia Hebraica Kittel* demonstram que Is 32,1-8 é um *texto bem preservado*, sem grandes problemas textuais para a interpretação. Há apenas uma única mudança significativa e necessária no texto massorético. No v. 3 consta *tix'ena*, um imperfeito qal de *x'l* "ver", ficando a frase incompreensível e dissonante com o que segue: "Não verão os olhos de quem vê". Por isso, o aparato sugere ler *texa'ena,* um perfeito qal de *t"*, com base na leitura proposta pela Septuaginta e Vetus Latina. Com exceção desta sugestão, as outras são problemáticas e resultam mais de interpretação dos comentaristas do que de problemas textuais.

Vemos que os v. 1-8 formam *uma unidade*, destacando-se do contexto anterior e posterior. Is 32,1-8 encontra-se dentro de um *bloco maior* formado pelos capítulos 28-33, que contém denúncias e anúncios de juízo contra Israel e Judá, aos quais foram intercaladas promessas de salvação. O tema geral segue a seguinte linha de pensamento: as elites militares buscam pactos militares (30,1-7), por não

confiarem em Javé. Rejeitam a orientação profética. Javé, então, abre espaço para um novo reino. A vinda de um rei de justiça faz parte de uma obra estranha que Javé anunciou (28,22) para firmar Sião sobre a justiça e o direito (28,17). Para realizar esta obra, Javé faz com que os surdos ouçam e os cegos vejam (29,17-24). O contexto literário mostra que o rei esperado é o próprio Javé (33,1-5.17-24).

A *unidade interna* dos v. 1-8 é possível graças a uma costura dos v. 1-5 e v. 6-8, que constituem os dois blocos principais. O primeiro tematiza a vinda do rei de justiça e o "despertar" do homem, que supera a alienação e destitui o "louco" e o "malandro" de sua posição de poder. O segundo bloco fundamenta o anúncio anterior e reafirma o direito do pobre. O texto está bem costurado por partículas de ligação, bem como por contrastes. O tema central não parece ser a vinda de um rei, mas sim o tema da justiça e do direito, que traçam o arco do v. 1 ao v. 7. O tempo verbal dominante é o imperfeito, seguido freqüentemente por infinitivos seguidos da preposição para (*le*). Disso concluímos que as denúncias tinham em vista não somente abusos do passado, mas sim, que ainda persistiam no presente.

Quanto ao *gênero*, classificamos os v. 1-8 como uma promessa de salvação que inclui simultaneamente uma palavra de julgamento. A promessa de salvação destina-se ao homem alienado e oprimido, no sentido de que será libertado da alienação e poderá defender-se do opressor, e a palavra de julgamento dirige-se aos detentores do poder, no sentido de que serão desacreditados pelo "homem" consciente.

Quanto ao *estilo*, Is 32,1-8 alterna semiquiasmos e repetições em paralelo, onde alguns elementos se correspondem quase que exatamente, enquanto outros, que não encaixam bem, ficam em destaque. Assim, por exemplo, no v. 6, o termo "loucuras" é esclarecido nas repetições em paralelo, como "fazer injustiça", "promover alienação", "dizer confusão a Javé", "esvaziar a garganta do faminto" e "afastar a bebida do sedento".

Is 32,1-8 encontra-se dentro de um *bloco maior* formado pelos capítulos 28–33, que contém denúncias e anúncios de juízo contra Israel e Judá, aos quais foram intercaladas promessas de salvação. A linha básica de pensamento é a seguinte: As elites governantes são denunciadas por buscar pactos militares (30,1-7) e rejeitar a orientação profética. Javé, então, abre espaço para um novo reino. A vinda do rei de justiça está relacionada com a obra estranha que Javé inicia (38,22) para firmar Sião sobre a justiça e o direito (28,17). Para realizar esta obra, Javé faz com que os surdos ouçam e os cegos vejam (29,17-24). No final do bloco o rei esperado é identificado como sendo o próprio Javé (33,1-5.17-24).

Quanto ao *lugar*, atribuímos todos os v. 1-8 à autoria isaiânica, embora a maioria dos estudiosos a admita, no máximo, em relação aos v. 1-5. Consideramos para essa atribuição, tanto a inter-relação de temas dos v. 1-5 com os dos v. 6-8, como o fato de que os conteúdos dos v. 6-8 também aparecem em outras partes do livro de Isaías, relacionados com temas semelhantes aos dos v. 1-5. Cronologicamente situamos o texto nos anos anteriores a 701 aC, quando estava em curso uma rebelião de várias cidades-estado palestinas contra a Assíria, lideradas pelo rei de Judá, Ezequias. A suspensão do pagamento do tributo anual possibilitou

um breve surto de prosperidade, o qual despertou esperanças e otimismo quanto às chances de reconquistar a autonomia política.

Decisivo para a interpretação é o v. 2: "e será (um) *homem...*". A maioria dos intérpretes entende que a palavra "homem" refere-se aqui ao próprio rei esperado e seus ministros, no sentido de "cada um". Embora o termo *'ix* "homem" possa ter a função de pronome relativo, é pouco provável que este seja o sentido aqui. Em Isaías, o termo "homem" freqüentemente designa o *cidadão*, em oposição aos governantes. Isto transparece com clareza, por exemplo, em Is 7,13, onde o profeta questiona a casa de Davi: "Não basta fatigardes os homens, também quereis fatigar o meu Deus?" O fato é que, em Israel, nosso conceito ocidental de "indivíduo" é estranho. O indivíduo vivia sempre enquadrado firmemente na união de sua família e seu povo. Fora da comunhão com a família e com o povo, o "homem" deixa de ser "homem". Para que o "homem" venha a ser reconhecido como "homem", necessita ser livre, proprietário, estar habilitado para o serviço militar e para o culto. Um escravo não pode, por exemplo, ser considerado como "homem", como fica evidente em alguns textos legais, como Ex 21,12: "aquele que ferir a um homem...". Neste trabalho, entendemos que *'ix* "homem" não se refere ao rei e seus ministros, mas sim ao cidadão, que vinha sendo alienado e usado como massa de manobra, mas que agora desperta, passa a ver, ouvir, compreender e falar na defesa do direito do pobre e na denúncia dos planos malignos contra os oprimidos, recusando-se a legitimar o "louco" e o "malandro", detentores do poder. Libertado da alienação, o "homem" torna-se abrigo e proteção para o pobre e para o oprimido.

Nos v. 3-4, o profeta inverte o anúncio feito em Is 6,9-10 a "este povo", isto é, ao então rei, Acaz, e sua corte, segundo o qual a palavra profética provocaria justamente a surdez, cegueira, falta de compreensão, para evitar a conversão e conseqüente salvação dos ouvintes. Falando ao "meu povo", ele anuncia a restauração das funções básicas do corpo que fazem com que o homem seja homem: "ver", "ouvir", "compreender" e "falar". Abrindo os olhos, ouvidos, disciplinando e instruindo o coração e adestrando a língua, o "homem" readquire a capacidade de "gritar" na assembléia comunitária, e implantar uma nova ordem, o que é indicado pelas palavras "não mais" no v. 5. "Não mais" chamando ao "insensato" de "nobre", e ao "malandro" de "excelência". Com os olhos e ouvidos abertos, coração compreensivo, ele está apto a compreender e denunciar as "loucuras" dos detentores do poder, seus planos nocivos de alienação, para prejudicar os oprimidos. Ele se torna capaz de reconhecer e defender o direito do pobre. Aprende a reconhecer as verdadeiras "nobrezas" e em que consiste ser "nobre".

2. A IDEOLOGIA REAL EM ISRAEL

Isaías 32,1 anuncia para um futuro breve a vinda de um rei que reinaria com base na justiça. Sua vinda e seu reinado sinalizam o advento de uma nova ordem, com as palavras *lo' 'od* "não mais" (v. 5), claramente diferente da vigente[1]. No texto está presente uma perspectiva messiânica, porém diferente, pois a salvação vem,

1. WILDBERGER, Hans. Jesaja 28-39, in: *Biblischer Kommentar*, v. 10/3, Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1978, 1254.

não em primeiro lugar pela ação do rei, mas sim do "homem", isto é, do cidadão livre, que se torna protetor do direito do pobre e combate o louco e o malandro no poder. Ao rei e sua corte cabe somente administrar a justiça. A novidade deste anúncio messiânico está no fato de que, embora o rei seja um "ungido", um "messias" – ainda que o termo não apareça literalmente – o agente da obra de libertação divina é o "homem".

Os termos "messias", "messianismo" e "messiânico", usados em nossa cultura pelas Ciências da Religião, procedem, na verdade, da linguagem bíblica, e conseqüentemente da religião israelita[2]. Dentro da religião judaica, portanto, "*o messias é o personagem concebido como um guia divino que deve levar o povo eleito ao desenlace natural do desenrolar da história, isto é, à humilhação dos inimigos e ao restabelecimento do paraíso na terra*"[3].

Com o desenvolvimento do estudo da história comparada das religiões, o conceito de messianismo, que era essencialmente teológico, foi tornando-se mais histórico e sociológico, passando a designar uma característica específica de líderes religiosos que teriam existido real ou lendariamente no passado em qualquer corrente religiosa. Procurou-se verificar as condições religioso-sociais do momento histórico em que surgiram[4].

Do ponto de vista das Ciências da Religião, Is 32,1-8 é um anúncio profético de caráter messiânico. Os elementos nele presentes que permitem qualificar este anúncio como messiânico são os seguintes: anúncio da vinda futura de um rei, a restauração de um estado de felicidade graças à justiça e ao direito, modificando a realidade presente, a participação popular nesse processo de espera e "escolha", e transformação da realidade mediante sua conduta.

Podemos dizer também que Isaías 32,1-8 traz uma esperança messiânica porque no Antigo Oriente o reinado era considerado uma instituição sagrada. Israel sofreu influências culturais dos povos vizinhos que sacralizavam a monarquia. Apesar dessas influências, o grau de sacralização não chegou ao ponto do Egito, onde o faraó era considerado filho da divindade, como sendo gerado a partir de uma hierogamia. Israel ficou mais na linha dos povos mesopotâmicos e hititas que distinguiam a pessoa do rei de seu cargo, considerando o rei como *"eleito"* ou *"filho de Deus"*, mas não idêntico com ele. Em Israel, o rei era considerado como "ungido" de Javé, investido do Espírito divino, e, portanto, dignificado para promover a justiça e o direito.

Ainda assim, no movimento profético a monarquia encontrou sempre um forte opositor. Isaías, apesar de ter vivido em Jerusalém e ter tido acesso à corte,

2. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1972, 2ª edição, 25. Ela menciona Wilson Wallis, que ressalta que a idéia messiânica não é peculiar ao judaísmo, pois já anteriormente a Israel, entre os babilônios, egípcios e outros povos, havia mitos tipicamente messiânicos.

3. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no mundo,* 26.

4. Idem, p. 26 e 27. Esse aspecto é bem desenvolvido por MADURO, Otto. *Religião e luta de classes*, Petrópolis, Editora Vozes, 1981, 69-72.

ficou sempre em uma posição de oposição à monarquia e à dinastia davidita. Seu anúncio messiânico traz novidades importantes. Relaciona a esperança messiânica à fraqueza, ao nascimento de uma criança como o rei vindouro que garantiria a justiça e o direito e defenderia os pobres e oprimidos. Isaías defende a convicção de que o verdadeiro rei é Javé, que o vocacionou (Is 6) para ser profeta, confrontando-o com sua majestade. Por isso, o rei vindouro, em seu anúncio, terá somente a função de julgar, administrar a justiça. A grande obra de salvação e renovação será levada a efeito pelo próprio "homem", que liberto da alienação passa a ver, ouvir, compreender e falar, defendendo o direito do pobre e denunciando o crime do louco e do malandro no poder.

3. O HORIZONTE HISTÓRICO DE ISAÍAS

Um profeta não surge no vazio. Profetas têm hora e local.[5] Sua atuação é concreta, está relacionada a certo momento, pessoas e estruturas. Profetas são intérpretes da história, observadores da vida do povo. Isaías era filho de Sião e Jerusalém. Eram-lhe familiares as suas duas tradições mais sagradas, a saber, a do templo e a de Davi. Porém, para ele, o templo não era para ser local de culto pomposo, mascarador da injustiça, mas sim, refúgio para os pobres do povo (14,32). Isaías tinha acesso ao palácio e pode ser que ele até fosse um dos sábios da corte.

O processo histórico vivenciado pelo profeta Isaías foi marcado pela passagem de uma época de plena autonomia política e relativa prosperidade, para um estado de dependência e vassalagem sob a dominação da Assíria. Ele foi espectador da tentativa de rebelião da coalizão siro-efraimita contra a dominação assíria, a qual tentou envolver também o rei de Judá Acaz. Naquela ocasião, Isaías instou o rei a não ceder à pressão, mas continuar mantendo-se neutro. Mas o rei Acaz, espontaneamente, submeteu-se à dominação assíria, como meio de libertar-se da pressão da coalizão siro-efraimita. Isaías deve ter observado também as conseqüências desta decisão insana, ou seja, o conseqüente empobrecimento dos cidadãos livres de Judá, com o aumento da carga tributária e a corrupção da justiça e da religião.

Isaías também viu, em duas ocasiões, o rei sucessor de Acaz, Ezequias, sucumbir à tentação de rebelar-se contra a irresistível dominação assíria, fiando-se em uma política de pactos militares, e nas duas encontrou ouvidos surdos para suas palavras de alerta (Is 18).

Situamos Is 32,1-8 no período anterior à campanha arrasadora de Senaquerib, o rei assírio, em 701 aC. A suspensão do pagamento do tributo anual à Assíria possibilitou um breve surto de prosperidade. Esse surto de prosperidade fez crescer o otimismo quanto às chances de a rebelião ter sucesso e perdurar. Entre as forças que apoiavam a política de rebelião contra a Assíria, bem como a dinastia davidita, estava *o povo da terra*, os judaítas que tinham direito à cidadania plena, por possuírem propriedade e estarem aptos a participar do serviço militar, do culto

5. SCHWANTES, Milton. A profecia durante a monarquia, in: *Curso de Verão*, ano 2, São Paulo, Edições Paulinas, 1988, 15-33.

e da assembléia comunitária. A dominação estrangeira era especialmente danosa ao *povo da terra*, que arcava com a carga tributária dela decorrente, entrando assim em um processo de desagregação e empobrecimento. Em nível interno o reino de Judá vivenciava um conflito entre a cidade de Jerusalém e o campo. Os funcionários do rei, graças ao comércio, à usura, bem como a concessões do rei, vão se tornando uma classe de proprietários rurais e escravizadores mediante o endividamento dos colonos livres judaítas, beneficiando-se assim da dominação estrangeira. O fugaz momento de prosperidade proporcionado pela suspensão do pagamento do tributo anual à Assíria gerou um clima de otimismo, que alienava as pessoas e mascarava a corrupção da justiça e a ruína dos pobres.

4. JUSTIÇA E DIREITO COMO ALVOS PRINCIPAIS DO ANÚNCIO MESSIÂNICO DE ISAÍAS

Não se pode compreender o anúncio de Is 32,1, de que virá um rei que reinará para a justiça, ministros que governarão para o direito, com base nos pressupostos da tradição jurídica greco-romana, a partir da qual também pensa a mentalidade capitalista, que vê na justiça o direito natural do ser humano, no lugar que lhe cabe, ou coube, na sociedade de classes. O conceito bíblico de "justiça" não é uma grandeza absoluta, mas sim relacional. Seu significado é definido em função do contexto comunitário e o momento histórico concreto em que é vivido. Articula-se em função da comunidade, naquilo que garante vida, paz e harmonia para todos. Assim, "justiça" na Bíblia é sempre "justiça social". O direito de cada um não é definido no vazio, mas dentro de contexto comunitário e histórico concreto. Por isso, "justiça" não é simplesmente "ser conforme a norma", "estar de acordo com a lei". Em Isaías, "justiça" é, em primeiro lugar, "justiça" para os pobres, personificados no órfão e na viúva. Em 32,7, isto é formulado de maneira lapidar: "e nas palavras do pobre está o direito". Ainda que prevaleçam os planos do corrupto, que arruínam os oprimidos, suas leis de opressão, eles não correspondem ao direito. São criminosos. Apesar de negado, o direito continua presente na causa do pobre. Portanto, o anúncio da vinda de um rei que reinaria para a justiça e ministros que governariam para o direito tem em vista, em primeiro lugar, o direito dos pobres e oprimidos à proteção e à vida. É um anúncio que contém crítica à situação de injustiça social e alienação promovidas pelo louco e o corrupto, quando detentores do poder.

Justiça na Bíblia não é um mero ideal. Ela tem que ser praticada de maneira concreta na vida da comunidade. Por isso, "justiça" está associada ao "direito", que é a aplicação prática da justiça. É a decisão da comunidade que visa restaurar a "justiça" do inocente e punir o culpado, para que haja um estado de bem-estar e harmonia completa para toda a comunidade, ou seja, a paz.

5. CONCLUSÃO

Dentro da sociedade judaíta dos anos 705-701 aC, animada com as possibilidades de êxito da rebelião contra a dominação assíria no plano externo, mas decidida a manter o sistema de empobrecimento e exploração do pobre, o profeta Isaías anuncia a vinda de um rei de justiça, assessorado por ministros que fariam

valer o direito. Até aí não há grandes novidades, pois este era um dos pressupostos da ideologia real em todo o Antigo Oriente: que o rei defendesse o direito dos pobres e fracos. Isaías está anunciando o que deveria ser a regra, o "normal". Isto já implica denúncia de que as autoridades não estavam cumprindo aquilo que era sua obrigação.

A novidade está em que, no tempo escatológico, o papel do rei fica restrito ao da administração da justiça. A grande obra de salvação e transformação da sociedade tem como agente o "homem", o cidadão judaíta, que livre da alienação religiosa e política passa a ver, ouvir, compreender e falar claramente na defesa do direito do pobre, denunciando os planos destinados a alienar e arruinar cada vez mais os oprimidos como "loucuras" e "corrupção", deixando assim de legitimar o "louco" e o "corrupto" no poder como se fossem "nobres", dignos de "respeito". A base de tal anúncio é a convicção de que o verdadeiro rei é Javé, e de que sua vontade é que a comunidade viva com base na justiça e no direito.

O anúncio é messiânico, pois trabalha com base na experiência de organização que o povo tinha no momento, ou seja, o reinado. O rei é o ungido de Javé, o detentor do carisma do cargo, o "filho de Deus". Contudo, não depende exclusivamente dele a obra de salvação. A participação do "homem" e por conseguinte do povo neste processo é evidente. É o homem quem "grita" (v. 5) "nobre", ou "excelência", legitimando o rei como tal. Nesse sentido é o homem quem investe o rei de autoridade na medida em que ele cumpre seu papel de garantir a justiça, e é ele quem também "não mais" chama o rei de "nobre" e "excelência", ou seja, que o destitui do poder. Quando o rei passa a fazer "loucuras", perde o bom senso no trato das coisas que dizem respeito à vida da comunidade, e em vez de protegê-la passa a ameaçá-la, permitindo que a injustiça a desagregue, ele deve ser deposto. Já não mais represento o rei Javé.

A partir das Ciências da Religião, Is 32,1-8 é um anúncio profético de caráter messiânico, pois anuncia a realização das esperanças populares por uma mudança na ordem vigente, caracterizada como má, como loucura, para um estado em que a vida de todos é protegida e o direito e a justiça prevalecem. Até para as intempéries da natureza passa a haver abrigo e irrigação.

O anúncio de Is 32,1, de que virá um rei que reinará para a justiça e ministros que governarão para o direito, não faz sentido a partir dos pressupostos da tradição jurídica greco-romana, também presente na mentalidade capitalista, que vê na justiça o direito natural do ser humano, no lugar que lhe cabe (coube) na sociedade de classes. O conceito bíblico de "justiça" não é algo absoluto, mas sim relacional. Articula-se em função da comunidade, naquilo que garante vida, paz e harmonia para todos. Assim "justiça" na Bíblia é sempre justiça social.

O direito de cada indivíduo não pode ser definido no vazio, como se não existisse comunidade. O contexto comunitário e histórico concreto é que definirá o que é "justiça". Por isso, "justiça" não é simplesmente ser conforme a norma, estar de acordo com a lei. Muitas vezes a legalidade é aquela que prevaleceu no interesse dos poderosos. Em Isaías, "justiça" é, em primeiro lugar, "justiça" para os pobres (32,7).

Para a igreja, a comunidade de Jesus, o povo de Deus, este anúncio é de extrema importância. Acrescenta à dimensão da justificação pela fé diante de Deus, por meio de Jesus Cristo, que é o centro de sua fé e esperança, a dimensão do correspondente compromisso com a justiça social. Quem recebeu gratuitamente a justiça de Deus por meio de Cristo, entrando no processo de tornar-se "novo homem", não pode eximir-se de lutar pelo direito dos pobres em uma sociedade capitalista que cada vez mais lhes nega o direito de viver com um mínimo de dignidade. Não pode deixar de gritar "cruz!", "cruz!", quando a sociedade quer ouvir "paz!", "paz!", longe e fora dos valores do reino de Deus. Não pode deixar de ser voz profética que denuncia os falsos otimismos que levam ao desastre, não pode deixar de desmascarar as "loucuras" e "malandragens" que são praticadas em nome de causas "nobres". A tradição do reino de Deus e do senhorio exclusivo de Cristo nos inspira a restaurar a imagem de Deus no "homem", especialmente no homem , mulher, criança, idoso que sofrem discriminação, exploração, desemprego, que são aviltados pela fome, pela ignorância e alienação. As comunidades evangélicas hão de necessariamente empenhar-se na conscientização do "homem" quanto ao seu direito e não mais ser fonte de alienação e fuga da realidade. As esperanças escatológicas da Igreja devem iluminar seu presente e suas lutas.

Is 32,1-8 certamente vem ao encontro da preciosa tradição reformatória que valorizou o engajamento do homem no mundo em que vive. O cristão é ao mesmo tempo cidadão do reino de Deus e cidadão do mundo. Vivendo nessas duas grandezas, o cristão não pode furtar-se ao engajamento social.

Antonio Roberto Monteiro de Oliveira
Caixa postal 308
Colombo, PR
83405-970